

LIVRO DE QUESTÕES

TJ

QUESTÕES GABARITADAS

JL051-19

OBRA

Livro De Questões - Tj

Lingua Portuguesa
Noções de Informática
Noções de Direito Administrativo
Noções de Direito Constitucional
Direito Processual Civil
Direito Processual Penal

PRODUÇÃO/ASSESSORIA

Elaine Gomes
Juliana Pivotto

DIAGRAMAÇÃO

Thais Regis

CAPA

Joel Ferreira dos Santos

ÍNDICE

Língua Portuguesa.....	01
Noções de Informática.....	18
Noções de Direito Administrativo.....	30
Noções de Direito Constitucional.....	45
Direito Processual Civil.....	56
Direito Processual Penal.....	66
Gabarito.....	84

LÍNGUA PORTUGUESA

1.

- 1 Passávamos férias na fazenda da Jureia, que ficava na região de lindas propriedades cafeeiras. Íamos de automóvel até Barra do Pirai, onde pegávamos um carro de boi.
- 4 Lembro-me do aboio do condutor, a pé, ao lado dos animais, com uma vara: “Xô, Marinheiro! Vâmu, Teimoso!”. Tenho ótimas recordações de lá e uma foto da qual gosto muito, da
- 7 minha infância, às gargalhadas, vestindo um macacão que minha própria mãe costurava, com bastante capricho. Ela fazia um para cada dia da semana, assim, eu podia me esbaldar e me
- 10 sujar à vontade, porque sempre teria um macacão limpo para usar no dia seguinte.

Jô Soares. *O livro de Jô: uma autobiografia* desautorizada. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Com relação aos aspectos linguísticos desse texto, julgue o item a seguir.

O termo “lá” (l.6) remete à fazenda da Jureia, onde a personagem vivenciou as experiências relatadas no texto.

() CERTO () ERRADO

2.

- 1 Passávamos férias na fazenda da Jureia, que ficava na região de lindas propriedades cafeeiras. Íamos de automóvel até Barra do Pirai, onde pegávamos um carro de boi.
- 4 Lembro-me do aboio do condutor, a pé, ao lado dos animais, com uma vara: “Xô, Marinheiro! Vâmu, Teimoso!”. Tenho ótimas recordações de lá e uma foto da qual gosto muito, da
- 7 minha infância, às gargalhadas, vestindo um macacão que minha própria mãe costurava, com bastante capricho. Ela fazia um para cada dia da semana, assim, eu podia me esbaldar e me
- 10 sujar à vontade, porque sempre teria um macacão limpo para usar no dia seguinte.

Jô Soares. *O livro de Jô: uma autobiografia* desautorizada. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Com relação aos aspectos linguísticos desse texto, julgue o item a seguir.

A palavra “capricho” (l.8) está empregada no texto com o mesmo sentido de **zelo**.

() CERTO () ERRADO

3. A sequência de vocábulos: “Islâmico, vitória, até, público” pode ser empregada para demonstrar exemplos de três regras de acentuação gráfica diferentes. Indique a seguir o grupo de palavras que apresenta palavras cuja acentuação tenha as mesmas justificativas das palavras do grupo anteriormente apresentado (considere a mesma ordem da sequência apresentada).

- a) atípica, aparência, é, vítimas
- b) típico, província, será, Nínive
- c) famílias, público, diários, várias
- d) violência, próprios, já, violência

4.

- 1 Passávamos férias na fazenda da Jureia, que ficava na região de lindas propriedades cafeeiras. Íamos de automóvel até Barra do Pirai, onde pegávamos um carro de boi.
- 4 Lembro-me do aboio do condutor, a pé, ao lado dos animais, com uma vara: “Xô, Marinheiro! Vâmu, Teimoso!”. Tenho ótimas recordações de lá e uma foto da qual gosto muito, da
- 7 minha infância, às gargalhadas, vestindo um macacão que minha própria mãe costurava, com bastante capricho. Ela fazia um para cada dia da semana, assim, eu podia me esbaldar e me
- 10 sujar à vontade, porque sempre teria um macacão limpo para usar no dia seguinte.

Jô Soares. *O livro de Jô: uma autobiografia* desautorizada. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Com relação aos aspectos linguísticos desse texto, julgue o item a seguir.

O texto é essencialmente descritivo, pois detalha lembranças acerca das viagens de férias que a personagem e sua família faziam com frequência durante a sua infância.

() CERTO () ERRADO

5.

- 1 Passávamos férias na fazenda da Jureia, que ficava na região de lindas propriedades cafeeiras. Íamos de automóvel até Barra do Pirai, onde pegávamos um carro de boi.
- 4 Lembro-me do aboio do condutor, a pé, ao lado dos animais, com uma vara: “Xô, Marinheiro! Vâmu, Teimoso!”. Tenho ótimas recordações de lá e uma foto da qual gosto muito, da
- 7 minha infância, às gargalhadas, vestindo um macacão que minha própria mãe costurava, com bastante capricho. Ela fazia um para cada dia da semana, assim, eu podia me esbaldar e me
- 10 sujar à vontade, porque sempre teria um macacão limpo para usar no dia seguinte.

Jô Soares. *O livro de Jô: uma autobiografia* desautorizada. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Com relação aos aspectos linguísticos desse texto, julgue o item a seguir.

A substituição do conectivo “porque” (l.10) por **pois** manteria os sentidos originais do texto.

() CERTO () ERRADO

6. Duas palavras que obedecem à mesma regra de acentuação gráfica são:

- a) indébita / também;
- b) história / veículo;
- c) crônicas / atribuídos;
- d) coíba / já;
- e) calúnia / plágio.

7.

- 1 Passávamos férias na fazenda da Jureia, que ficava na região de lindas propriedades cafeeiras. Íamos de automóvel até Barra do Pirai, onde pegávamos um carro de boi.
- 4 Lembro-me do aboio do condutor, a pé, ao lado dos animais, com uma vara: “Xô, Marinheiro! Vâmu, Teimoso!”. Tenho ótimas recordações de lá e uma foto da qual gosto muito, da
- 7 minha infância, às gargalhadas, vestindo um macacão que minha própria mãe costurava, com bastante capricho. Ela fazia um para cada dia da semana, assim, eu podia me esbaldar e me
- 10 sujar à vontade, porque sempre teria um macacão limpo para usar no dia seguinte.

Jô Soares. *O livro de Jô: uma autobiografia* desautorizada. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Com relação aos aspectos linguísticos desse texto, julgue o item a seguir.

A retirada do sinal indicativo de crase em “às gargalhadas” (l.7) preservaria os sentidos e a correção gramatical do texto.

() CERTO () ERRADO

8.

- 1 Passávamos férias na fazenda da Jureia, que ficava na região de lindas propriedades cafeeiras. Íamos de automóvel até Barra do Pirai, onde pegávamos um carro de boi.
- 4 Lembro-me do aboio do condutor, a pé, ao lado dos animais, com uma vara: “Xô, Marinheiro! Vâmu, Teimoso!”. Tenho ótimas recordações de lá e uma foto da qual gosto muito, da
- 7 minha infância, às gargalhadas, vestindo um macacão que minha própria mãe costurava, com bastante capricho. Ela fazia um para cada dia da semana, assim, eu podia me esbaldar e me
- 10 sujar à vontade, porque sempre teria um macacão limpo para usar no dia seguinte.

Jô Soares. *O livro de Jô: uma autobiografia* desautorizada. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Com relação aos aspectos linguísticos desse texto, julgue o item a seguir.

As formas ‘Xô’ e ‘Vâmu’, na linha 5, são marcas de oralidade e reproduzem a informalidade da fala do condutor do carro de boi.

() CERTO () ERRADO

9.

- 1 Passávamos férias na fazenda da Jureia, que ficava na região de lindas propriedades cafeeiras. Íamos de automóvel até Barra do Pirai, onde pegávamos um carro de boi.
- 4 Lembro-me do aboio do condutor, a pé, ao lado dos animais, com uma vara: “Xô, Marinheiro! Vâmu, Teimoso!”. Tenho ótimas recordações de lá e uma foto da qual gosto muito, da
- 7 minha infância, às gargalhadas, vestindo um macacão que minha própria mãe costurava, com bastante capricho. Ela fazia um para cada dia da semana, assim, eu podia me esbaldar e me
- 10 sujar à vontade, porque sempre teria um macacão limpo para usar no dia seguinte.

Jô Soares. *O livro de Jô: uma autobiografia* desautorizada. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Com relação aos aspectos linguísticos desse texto, julgue o item a seguir.

A retirada da vírgula empregada na linha 1 alteraria os sentidos originais do primeiro período do texto.

() CERTO () ERRADO

10. Assinale a alternativa com as palavras acentuadas segundo as regras de acentuação, respectivamente, de intercâmbio e antropológico.

- a) Distúrbio e acórdão.
- b) Máquina e jiló.
- c) Alvará e Vândalo.
- d) Consciência e características.
- e) Órgão e órfãs.

11.

1 A modernidade é um contrato. Todos nós aderimos a ele no dia em que nascemos, e ele regula nossa vida até o dia em que morremos. Pouquíssimos entre nós são capazes de
4 rescindi-lo ou transcendê-lo. Esse contrato configura nossa comida, nossos empregos e nossos sonhos; ele decide onde moramos, quem amamos e como morremos.

7 À primeira vista, a modernidade parece ser um contrato extremamente complicado, por isso poucos tentam compreender no que exatamente se inscreveram. É como se
10 você tivesse baixado algum *software* e ele te solicitasse assinar um contrato com dezenas de páginas em “juridiquês”; você dá uma olhada nele, passa imediatamente para a última página,
13 tica em “concordo” e esquece o assunto. Mas a modernidade, de fato, é um contrato surpreendentemente simples. O contrato interno pode ser resumido em uma única frase: humanos
16 concordam em abrir mão de significado em troca de poder.

Yuval Noah Harari. *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016 (com adaptações).

Considerando as ideias, os sentidos e os aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item a seguir. A vírgula empregada na linha 2 tem a finalidade de demarcar uma relação de oposição entre as orações “Todos nós aderimos a ele no dia em que nascemos” (l. 1 e 2) e “e ele regula nossa vida até o dia em que morremos” (l. 2 e 3).

() CERTO () ERRADO

12.

1 A modernidade é um contrato. Todos nós aderimos a ele no dia em que nascemos, e ele regula nossa vida até o dia em que morremos. Pouquíssimos entre nós são capazes de
4 rescindi-lo ou transcendê-lo. Esse contrato configura nossa comida, nossos empregos e nossos sonhos; ele decide onde moramos, quem amamos e como morremos.

7 À primeira vista, a modernidade parece ser um contrato extremamente complicado, por isso poucos tentam compreender no que exatamente se inscreveram. É como se
10 você tivesse baixado algum *software* e ele te solicitasse assinar um contrato com dezenas de páginas em “juridiquês”; você dá uma olhada nele, passa imediatamente para a última página,
13 tica em “concordo” e esquece o assunto. Mas a modernidade, de fato, é um contrato surpreendentemente simples. O contrato interno pode ser resumido em uma única frase: humanos
16 concordam em abrir mão de significado em troca de poder.

Yuval Noah Harari. *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016 (com adaptações).

Considerando as ideias, os sentidos e os aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item a seguir. Infere-se do texto que a modernidade impele o ser humano a tomar decisões com as quais ele não concorda.

() CERTO () ERRADO

13.

1 A modernidade é um contrato. Todos nós aderimos a ele no dia em que nascemos, e ele regula nossa vida até o dia em que morremos. Pouquíssimos entre nós são capazes de
4 rescindi-lo ou transcendê-lo. Esse contrato configura nossa comida, nossos empregos e nossos sonhos; ele decide onde moramos, quem amamos e como morremos.

7 À primeira vista, a modernidade parece ser um contrato extremamente complicado, por isso poucos tentam compreender no que exatamente se inscreveram. É como se
10 você tivesse baixado algum *software* e ele te solicitasse assinar um contrato com dezenas de páginas em “juridiquês”; você dá uma olhada nele, passa imediatamente para a última página,
13 tica em “concordo” e esquece o assunto. Mas a modernidade, de fato, é um contrato surpreendentemente simples. O contrato interno pode ser resumido em uma única frase: humanos
16 concordam em abrir mão de significado em troca de poder.

Yuval Noah Harari. *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016 (com adaptações).

Considerando as ideias, os sentidos e os aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item a seguir. O termo ‘juridiquês’ (l.11) não faz parte do vocabulário oficial da língua portuguesa, contudo seu emprego não compromete a correção gramatical e está adequada ao nível de formalidade do texto.

() CERTO () ERRADO

14. Em manchete de janeiro de 2015, um jornal esportivo dizia o seguinte: “Vasco e Flamengo talvez joguem em São Paulo!”.

A manchete traz ambiguidade por causa de um problema de construção, identificado como:

- a) emprego de palavras de duplo sentido;
- b) mau uso da coordenação;
- c) indistinção entre agente e paciente;
- d) duplicidade de referências possíveis;
- e) omissão indevida de termos.

15. Seguem a mesma regra de acentuação gráfica relativa às palavras paroxítonas:

- a) probatório; condenatório; crédito.
- b) máquina; denúncia; ilícita.
- c) denúncia; funcionário; impropriedade.

- d) máquina; impropriedade; probatório.
e) condenatório; funcionário; frágil.

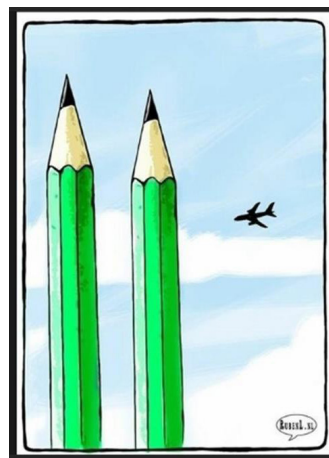
16. Considerando-se a relação lógica existente entre os dois segmentos dos pensamentos (Millôr Fernandes) adiante citados, o espaço pontilhado que **NÃO** poderá ser corretamente preenchido pela conjunção mas é:

- a) Guio bem, o motor do meu carro sempre foi pra mim um mistério insondável.
b) Condenam-se muito os excessos, também há um limite para o mínimo.
c) Eu sofro de mimfobia, tenho medo de mim mesmo, me enfrento todo dia.
d) A pobreza não é necessariamente vergonhosa, há muito pobre sem vergonha.
e) Pobreza extrema é quando uma pessoa não entra na favela, acha aquele ambiente grã-fino demais para ela.

17. A única frase que **NÃO** apresenta desvio em relação à concordância verbal recomendada pela norma culta é:

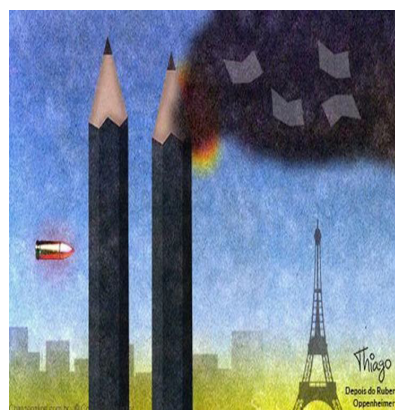
- a) A lista de assinantes da revista, uma vez autenticada pela direção, mostram profissões as mais estranhas possíveis.
b) Nenhum dos terroristas que vinham atacando alvos na Europa nos últimos meses apresentaram-se à Polícia.
c) Segundo a TAM, o voo teve seu atraso justificado, mas quem voaria para outros países foi transferido para outras companhias.
d) Os cães aprendem a andar com as próteses, equipamento que os ajuda a se deslocar de um lugar para outro.
e) Mas foram nos jogos da Copa do Mundo que a maioria dos jogadores conquistaram a fama que hoje justifica seus altos salários.

18. Observe a charge 1 abaixo, publicada por ocasião dos atos terroristas em Paris, em janeiro de 2015; a afirmativa **INADEQUADA** sobre a imagem é:



- a) há uma referência clara aos ataques terroristas ocorridos nos Estados Unidos há algum tempo;
b) as imagens dos lápis indicam metonimicamente a profissão de algumas das vítimas;
c) a presença do avião indica a rapidez da comunicação com apoio da tecnologia nos dias de hoje;
d) a imagem mostra um ataque a valores culturais, aqui representados pela arte do desenho;
e) a imagem representa uma situação temporal anterior aos atentados e às mortes.

19. Observe, agora, a charge 2 a seguir; comparando-se essa imagem com a da charge 1, a afirmativa adequada é:



- a) a bala à esquerda tem por alvo a Torre Eiffel;
b) a imagem da Torre Eiffel transfere a França para os Estados Unidos;
c) os lápis aqui representam as indústrias modernas;
d) a Torre Eiffel situa os atentados na cidade de Paris;
e) as folhas de papel no meio da fumaça mostram a relatividade da arte.

- d) Embora ansioso por aposentar-se, o autor não parece convicto de que o ócio lhe fará bem, tanto assim que, vez ou outra, imagina atividades que passará a exercer.
- e) Embora ansioso, por aposentar-se, o autor não parece convicto de que o ócio lhe fará bem: tanto assim, que vez ou outra, imagina atividades que passará a exercer.

68. Com as alterações propostas entre parênteses para o segmento grifado nas frases abaixo, o verbo que poderá permanecer corretamente empregado no singular está em:

- a) 1 milhão entrou no país pelo Valongo (1 milhão de escravos)
- b) quando foi proibida a importação de escravos (as atividades escravocratas)
- c) o Império construiu o Cais da Imperatriz (os representantes do Império)
- d) O maior porto de chegada de escravos desapareceu (Os portos)
- e) O Valongo deixou de ser porto negreiro em 1831 (As adjacências do Valongo)

69. Fomos uma geração de bons meninos.

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

- a) Nos anos de 1970 e 80 ainda surgiram heróis interessantes...
- b) Os heróis eram o exemplo máximo de bravura, doação pessoal e virtude.
- c) Atualmente não sei.
- d) Gibis abasteciam de ética o vasto campo da fantasia infantil...
- e) ... mas alguns parecem cheios de rancor...

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

70. Considere as seguintes afirmativas sobre teclas de atalho no Sistema Operacional Microsoft Windows 7 (Configuração Padrão – Idioma Português do Brasil).

- I. A tecla do logotipo do Windows + B pode ser utilizada para bloquear o computador ou trocar de usuário.
- II. A tecla do logotipo do Windows + A pode ser utilizada para exibir a área de trabalho.
- III. As teclas Ctrl + Shift + Esc pode ser utilizada para abrir o gerenciador de tarefas.

Está(ão) correto(s) o que se afirma somente em:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) II e III.

71. No Sistema Operacional Microsoft Windows 7 (Configuração Padrão – Idioma Português Brasil), o gerenciador de tarefas é um recurso amplamente utilizado para iniciar ou encerrar processos e monitorar de forma dinâmica o desempenho do computador. Uma das formas de acionar esse recurso é através das teclas de atalho Ctrl + Alt + Delete seguido da seleção da opção "Iniciar Gerenciador de Tarefas". São guias disponíveis na tela que representa o Gerenciador de Tarefas, EXCETO:

- a) Aplicativos.
- b) Serviços.
- c) Rede.
- d) Monitoramento.

72. Para a questão abaixo, considere que o navegador é o Mozilla Firefox na versão 50.0 configurado com o idioma Português Brasil.

Os Plugins são partes do software que desempenham tarefas que o navegador não foi projetado para executar. Um exemplo clássico é o plugin do Adobe Flash Player que é utilizado para a visualização de vídeos e animações no Browser.

O navegador permite o gerenciamento dos plugins instalados através das suas configurações. Nesse contexto considere a seguinte situação hipotética:

"Um usuário possui o plugin do Adobe Flash Player" instalado no seu Browser, porém em um determinado dia ele necessitou desativar o plugin em questão". Pode-se afirmar que o procedimento correto para realizar essa ação é clicar no botão de menu  e selecionar

- a) Extensões. A aba gerenciador de extensões será aberta. No gerenciador de extensões, deve-se selecionar o painel Plugins, selecionar na lista o Adobe Flash Player e em seguida clicar em Nunca Ativar.
- b) Extensões. A aba gerenciador de complementos será aberta. No gerenciador de complementos, deve-se selecionar o painel Plugins, selecionar na lista o Adobe Flash Player e em seguida clicar em Desativar.
- c) Plugins. A aba gerenciador de complementos será aberta. No gerenciador de complementos, deve-se selecionar o painel Extensões, selecionar na lista o Adobe Flash Player e em seguida clicar em Interromper.

d) Plugins. A aba gerenciador de extensões será aberta. No gerenciador de extensões, deve-se selecionar o painel Opções, selecionar na lista o Adobe Flash Player e em seguida clicar em Desativar Plugin.

73. Para a questão a seguir, considere que o navegador é o Mozilla Firefox na versão 50.0 configurado com o idioma Português Brasil. A configuração "bloqueio de conteúdo misto" foi desativada manualmente. Quando um site é digitado na barra de endereço do browser, pode ser observado o "botão de identidade do site" localizado à esquerda do endereço, representado pelo símbolo de um cadeado. A funcionalidade desse botão é indicar ao usuário de forma rápida se a conexão com o site visualizado é criptografada e segura.

Considere as seguintes afirmativas sobre os estados do botão de identidade do site:

- I. O cadeado na cor azul, indica que o usuário está realmente conectado ao website cujo endereço é exibido na barra de endereço; a conexão não foi interceptada.
- II. O cadeado cinza com um triângulo de alerta amarelo, indica que a conexão entre o Firefox e o site é parcialmente criptografada e não impede a espionagem.
- III. O Cadeado preto com um traço vermelho, indica que a conexão entre o Firefox e o site é apenas parcialmente criptografada e não previne contra espionagem ou ataque man-in-the-middle.

Está(ão) correto(s) o que se afirma somente em

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) Rootkit.

74. Códigos maliciosos (malwares) são programas especificamente desenvolvidos para executar ações danosas e atividades maliciosas em um computador. O programa que permite o retorno de um invasor a um computador comprometido, por meio da inclusão de serviços criados ou modificados para este fim é conhecido como:

- a) Backdoor.
- b) Spyware.
- c) Worm.
- d) Rootkit.

75. O e-CPF é uma versão digital do documento CPF, que permite a realização de operações com validade jurídica na internet, identificando com segurança as pessoas físicas. São características que a utilização do e-CPF garantem, EXCETO:

- a) Confiabilidade.
- b) Privacidade.
- c) Compatibilidade.
- d) Inviolabilidade

76. Considere a seguinte especificação técnica de um monitor de vídeo: "É um dispositivo baseado em um princípio similar ao plasma. Ele utiliza diodos orgânicos de carbono no lugar de células de plasma. Além da iluminação, eles se encarregam de gerar as imagens, dispensando o cristal líquido resultando em uma imagem melhor produzida mais rapidamente." Pode-se afirmar de acordo com a especificação que o monitor utiliza a tecnologia:

- a) CRT.
- b) LCD.
- c) PLASMA
- d) OLED.

77. Segurança da informação é o mecanismo de proteção de um conjunto de informações com o objetivo de preservar o valor que elas possuem para uma pessoa ou organização. Está correto o que se afirma sobre princípios básicos de segurança da informação, EXCETO:

- a) Disponibilidade garante que a informação esteja sempre disponível.
- b) Integridade garante a exatidão da informação.
- c) Confidencialidade garante que a informação seja acessada somente por pessoas autorizadas.
- d) Não repúdio garante a informação é autêntica e que a pessoa recebeu a

78. Considere a seguinte situação hipotética:

"Em um determinado setor do TJMG trabalham quatro servidores: Renato, Fabiana, Augusto e Marcelo. Fabiana é a coordenadora desse setor e necessita enviar um e-mail abordando um problema que foi denunciado pelo servidor Renato."

Considerando o problema exposto, uma forma da coordenadora enviar o e-mail para todos os três servidores, sem que eles tenham conhecimento que Renato também recebeu a mensagem, é adicionar apenas o endereço de e-mail dele no campo:

- a) Cc
- b) Co
- c) Cco
- d) Coc

79. Considere que a versão da ferramenta utilizada é o Libre Office Writer 5.1 (Configuração Padrão – Idioma Português Brasil).

Na caixa de diálogo de impressão, o procedimento para imprimir as páginas 1, 5, 6 e 9 de um documento é informar na caixa “Páginas” o valor:

- a) 1;5-6;9.
- b) 1;9-6.
- c) 1..6-9.
- d) 1-5;6;9.

80. Considere que a versão da ferramenta utilizada é o Libre Office Writer 5.1 (Configuração Padrão – Idioma Português Brasil).

Normalmente é uma ação padrão do editor de textos, mover as palavras que não se ajustam em uma linha para a linha subsequente. Essa característica pode ser alterada ativando o recurso de hifenização automática que insere os hifens onde for necessário nos parágrafos. Para ativar esse recurso é necessário clicar com o botão direito do mouse em um parágrafo e

- a) escolher Parágrafo, clicar na guia Fluxo de texto e na área Hifenização, selecionar a caixa Automaticamente. Para finalizar o procedimento deve-se clicar no botão OK.
- b) escolher Parágrafo, clicar na guia Opções e na área Controle de Hifenização, selecionar a caixa Automaticamente. Para finalizar o procedimento deve-se clicar no botão OK.
- c) escolher Formatação, clicar na guia Parágrafo e na área Opções, selecionar a caixa Hifenização Automática. Para finalizar o procedimento deve-se clicar no botão OK.
- d) escolher Formatação, clicar na guia Ferramentas e na área Parágrafo, selecionar a caixa Hifenização Direta. Para finalizar o procedimento deve-se clicar no botão OK.

81. Considere que a versão da ferramenta utilizada é o Libre Office Writer 5.1 (Configuração Padrão – Idioma Português Brasil).

Analise a seguinte situação hipotética:

“Um servidor do TJMG possui um arquivo CSV separado pelo caractere ; e necessita realizar a importação dele para dentro de uma planilha produzida com a ferramenta Libre Office Calc.”

Para realizar o procedimento descrito o usuário deve escolher

- a) Arquivo – Abrir e no campo Fonte de Dados selecionar o formato “Texto CSV”, selecionar o arquivo e clicar em Abrir. Na caixa de diálogo Importação de arquivo deve-se clicar em OK.

- b) Arquivo – Abrir e no campo Tipo de Arquivo selecionar o formato “Texto CSV”, selecionar o arquivo e clicar em Abrir. Na caixa de diálogo Importação de texto deve-se clicar em OK.

- c) Ferramentas – Importação e no campo Dados selecionar o formato “Texto CSV”, selecionar o arquivo e clicar em Importar. Na caixa de diálogo Importação de arquivo deve-se clicar em OK.

- d) Ferramentas – Importação e no campo Importação selecionar o formato “Texto CSV”, selecionar o arquivo e clicar em Carregar. Na caixa de diálogo Importação de texto deve-se clicar em OK.

82. Considere as afirmativas sobre funções da categoria matemática na ferramenta Libre Office Calc 5.1 (Configuração Padrão – Idioma Português Brasil):

I.LN retorna o resultado agregado de cálculos de um intervalo.

II.QUOCIENTE retorna a parte inteira de uma divisão.

III.MARRED retorna número arredondado para cima até a quantidade de casas decimais especificada.

Está(ão) correto(s) o que se afirma somente em:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.

83. Analise a seguinte planilha produzida com a ferramenta Libre Office Calc 5.1 (Configuração Padrão – Idioma Português Brasil)

	A	B	C
1	30	10	20
2			
3			
4			

Considere que um usuário digitou a fórmula =XOU(A1=B1;A1>B1;C1>B1) na célula A3 dessa mesma planilha. Pode-se afirmar que o resultado obtido será:

- a) FALSO.
- b) VERDADEIRO.
- c) NÃO.
- d) Será exibido um erro.

84. Na ferramenta Libre Office Calc 5.1 (Configuração Padrão – Idioma Português Brasil), o recurso que permite realizar a exportação de uma planilha para o formato PDF está disponível no menu:

- a) Arquivo / Exportar como PDF.
- b) Arquivo / Exportar / PDF.

- c) Ferramentas / Exportar / PDF.
- d) Ferramentas / Exportar arquivo PDF.

85. O Windows 10 permite que o seu Explorador de Arquivos possa ser configurado em relação aos arquivos e pastas que manipula. Uma das configurações permitidas é ocultar

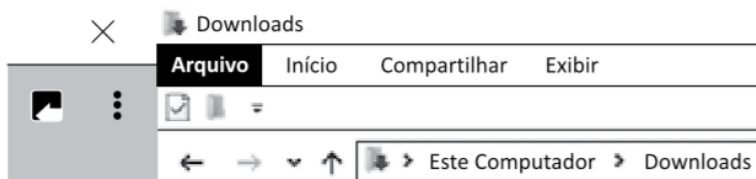
- a) os arquivos criptografados ou protegidos por senha.
- b) os arquivos de aplicativos não licenciados para o Windows 10.
- c) as extensões dos tipos de arquivo conhecidos.
- d) os arquivos que não foram ainda avaliados pelo antivírus.
- e) os arquivos não manipulados há pelo menos um ano.

86. Um usuário de um computador com o sistema operacional Windows 10 clicou no seguinte botão presente na Barra de Tarefas: 

Esse botão permite que

- a) a tela seja estendida em um segundo monitor de vídeo conectado no computador.
- b) a tela do computador seja reproduzida em um projetor.
- c) todas as janelas abertas sejam fechadas.
- d) múltiplas áreas de trabalho possam ser criadas ou gerenciadas.
- e) a lupa do Windows seja ativada para ampliar as informações exibidas na tela.

87. A seguir, é apresentada uma parte do Explorador de Arquivos do Windows 10.



A seta para cima presente antes da Barra de Endereço se destina a

- a) levar à tela seguinte.
- b) levar ao nível acima do atual, ou seja, Este Computador.
- c) desfazer a última ação realizada.
- d) levar à tela anterior.
- e) levar ao nível abaixo do atual Downloads, se existir.

88. O Windows 10, em sua configuração padrão, permite que o usuário configure o Menu Iniciar, por exemplo, para

- a) mostrar os aplicativos mais usados.
- b) bloquear os aplicativos que possam estar infectados por vírus.
- c) indicar os aplicativos que não foram certificados para o Windows 10.
- d) ativar automaticamente a Ajuda do Windows a cada erro do usuário.
- e) restaurar programas apagados acidentalmente.

89. No sistema operacional Windows 10, uma das maneiras de encontrar algum programa ou aplicativo disponível no computador é

- a) digitar o nome do programa ou aplicativo na Barra de Pesquisa do Edge.
- b) pressionar a tecla do logotipo do Windows + P, que provocará a exibição de todos os programas disponíveis.
- c) selecionar o ícone Busca de Programas no Painel de Controle e digitar o nome do programa ou aplicativo.
- d) selecionar o ícone Programas e Aplicativos na Barra de Tarefas, que exibe todos os programas ou aplicativos instalados.
- e) digitar o nome do programa ou aplicativo na Caixa de Pesquisa na Barra de Tarefas.

129. O conjunto de programas responsável pelo gerenciamento de uma base de dados e que, entre outras funções, suporta uma linguagem de consulta, gera relatórios e disponibiliza uma interface para que os seus clientes possam incluir, alterar ou consultar dados, é chamado de

- a) Banco de Dados Relacional (BDR).
- b) Dicionário de Dados (DD).
- c) Modelo Entidade Relacionamento (MER).
- d) Sistema de Suporte à Decisão (SSD).
- e) Sistema Gerenciador de Bancos de Dados (SGBD).

130. Um único computador em um escritório é conectado à Internet através de uma conexão banda larga cabeada e um roteador com uma única porta LAN. Para compartilhar essa conexão com outros computadores no escritório, formando assim uma rede local cabeada, a essa rede deverá ser acrescido o equipamento

- a) Firewall.
- b) Modem.
- c) DNS.
- d) Repetidor.
- e) Switch.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

131. Em relação ao regime jurídico-administrativo e aos princípios aplicáveis à administração pública, assinale a opção correta

- a) É obrigatória a observância do princípio da publicidade nos processos administrativos, mediante a divulgação oficial dos atos administrativos, inclusive os relacionados ao direito à intimidade.
- b) A presunção de legitimidade dos atos administrativos, que impõe aos particulares o ônus de provar eventuais vícios existentes em tais atos, decorre do regime jurídico-administrativo aplicável à administração pública
- c) É obrigatória a observância do princípio da publicidade nos processos administrativos, mediante a divulgação oficial dos atos administrativos, inclusive os relacionados ao direito à intimidade.
- d) A violação do princípio da moralidade administrativa não pode ser fundamento exclusivo para o controle judicial realizado por meio de ação popular.
- e) Para que determinada conduta seja caracterizada como ato de improbidade administrativa violadora do princípio da impessoalidade, é necessária a comprovação do respectivo dano ao erário.

132. Com relação aos princípios que fundamentam a administração pública, assinale a opção correta.

- a) A publicidade marca o início da produção dos efeitos do ato administrativo e, em determinados casos, obriga ao administrado seu cumprimento.
- b) Pelo princípio da autotutela, a administração pode, a qualquer tempo, anular os atos eivados de vício de ilegalidade.
- c) O regime jurídico-administrativo compreende o conjunto de regras e princípios que norteia a atuação do poder público e o coloca numa posição privilegiada.
- d) A necessidade da continuidade do serviço público é demonstrada, no texto constitucional, quando assegura ao servidor público o exercício irrestrito do direito de greve.
- e) O princípio da motivação dos atos administrativos, que impõe ao administrador o dever de indicar os pressupostos de fato e de direito que determinam a prática do ato, não possui fundamento constitucional.

133. Julgue os itens a seguir, que versam sobre organização administrativa.

Administração pública, em sentido objetivo ou material, consiste no conjunto de órgãos, agentes e pessoas jurídicas instituídas para a consecução dos objetivos do governo.

() CERTO () ERRADO

134. Assinale a opção que explicita o princípio da administração pública na situação em que um administrador público pratica ato administrativo com finalidade pública, de modo que tal finalidade é unicamente aquela que a norma de direito indica como objetivo do ato.

- a) impessoalidade
- b) segurança jurídica
- c) eficiência
- d) moralidade
- e) razoabilidade

135. Com relação aos princípios que fundamentam a administração pública, assinale a opção correta.

- a) A publicidade marca o início da produção dos efeitos do ato administrativo e, em determinados casos, obriga ao administrado seu cumprimento.
- b) Pelo princípio da autotutela, a administração pode, a qualquer tempo, anular os atos eivados de vício de ilegalidade.
- c) O regime jurídico-administrativo compreende o conjunto de regras e princípios que norteia a atuação do poder público e o coloca numa posição privilegiada

- d) A necessidade da continuidade do serviço público é demonstrada, no texto constitucional, quando assegura ao servidor público o exercício irrestrito do direito de greve.
- e) O princípio da motivação dos atos administrativos, que impõe ao administrador o dever de indicar os pressupostos de fato e de direito que determinam a prática do ato, não possui fundamento constitucional.

136. Consoante aos princípios da administração pública, assinale a opção correta.

- a) De acordo com o princípio da publicidade, toda e qualquer atividade administrativa deve ser autorizada por lei.
- b) Dado o princípio da legalidade, deve o administrador público pautar sua conduta por preceitos éticos.
- c) A obrigação de a administração pública ser impessoal decorre do princípio da moralidade.
- d) A eficiência constitui princípio administrativo previsto na CF.

137. De acordo com o Decreto-lei nº 200, de 25.2.1967, que dispôs sobre a organização da administração federal e estabeleceu diretrizes para a reforma administrativa, a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criado por lei para a exploração de atividade econômica que o governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito, corresponde a:

- a) fundação pública
- b) empresa pública
- c) sociedade de economia mista
- d) autarquia

138. Na Administração Pública Indireta,

- a) as autarquias e as fundações governamentais poderão possuir personalidade jurídica de direito público ou privado.
- b) não cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por empresa pública.
- c) as sociedades de economia mista só têm foro na justiça federal quando a união intervém como assistente ou oponente.
- d) somente a União poderá criar, por meio de lei, Agências Reguladoras.

139. Sobre a administração indireta, é correto afirmar que:

- a) as sociedades de economia mista e as fundações públicas, por serem pessoas jurídicas de direito privado, não precisam respeitar o princípio da publicidade.
- b) as causas cíveis em que é parte a sociedade de economia mista são de competência da Justiça Federal.
- c) autarquia é pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com capacidade de autoadministração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei.
- d) a fundação, por desempenhar atividade no âmbito social, não está sujeita ao controle administrativo ou tutela por parte da administração direta, sendo, por isso, dotada de autoadministração.

140. Nos termos da Lei n.º 11.107/2005, o Consórcio Público.

- a) será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções.
- b) não poderá firmar convênio nem receber subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo.
- c) não poderá constituir pessoa jurídica de direito privado, sendo seus objetivos determinados pelos entes da Federação que se consorciarem.
- d) não poderá constituir associação pública, mas se autoriza a emissão de documentos de cobrança e a arrecadação de tarifas.
- e) será constituído por meio de termo de cooperação, celebrado previamente ao contrato, contendo os objetivos de todos os cooperados.

141. No que se refere à administração direta e à indireta, à centralizada e à descentralizada, assinale a opção correta.

- a) Trata-se de administração indireta quando o Estado, a fim de obter maior celeridade e eficiência, exerce algumas de suas atividades de forma desconcentrada.
- b) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são integrantes da administração indireta, independentemente de prestarem serviço público ou de exercerem atividade econômica de natureza empresarial.
- c) Toda pessoa integrante da administração indireta está vinculada a determinado órgão da administração direta, fato que decorre do princípio da especificidade.

- d) Em virtude do princípio da separação dos poderes, a administração pública direta é exercida exclusivamente pelo Poder Executivo, o qual é incumbido da atividade administrativa em geral.
- e) A criação de empresa pública e de sociedade de economia mista depende de autorização legislativa, porém, o mesmo não ocorre às suas subsidiárias.

142. Assinale a opção correta com relação aos poderes hierárquico e disciplinar e suas manifestações.

- a) As delegações administrativas emanam do poder hierárquico, não podendo, por isso, ser recusadas pelo subordinado, que pode, contudo, subdelegá-las livremente a seu próprio subordinado.
- b) Toda punição disciplinar por delito funcional acarreta condenação criminal.
- c) No âmbito do Poder Legislativo, o poder hierárquico manifesta-se mediante a distribuição de competências entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.
- d) O poder disciplinar da administração pública autoriza-lhe a apurar infrações e a aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa, assim como aos invasores de terras públicas.
- e) A aplicação de pena disciplinar tem, para o superior hierárquico, o caráter de um poder-dever, uma vez que a condescendência na punição é considerada crime contra a administração pública.

143. No tocante aos poderes da administração e ao uso e abuso do poder, assinale a opção correta.

- a) O poder regulamentar da administração pública manifesta-se por meio de atos de natureza normativa, instituidores de direito novo de forma ampla e genérica, com efeitos gerais e abstratos, expedidos em virtude de competência própria dos órgãos estatais.
- b) Decorrem do poder de polícia da administração pública os atos que se destinam à limitação dos interesses individuais em favor do interesse público, sendo a autoexecutoriedade a principal característica de todas as medidas de polícia.
- c) Segundo a doutrina, o abuso de poder, que pode assumir duas formas, comissiva ou omissiva, efetiva-se quando a autoridade competente, ao praticar ou omitir ato administrativo, ultrapassa os limites de suas atribuições ou se desvia das finalidades administrativas, circunstâncias em que o ato do agente somente poderá ser revisto pelo Poder Judiciário.
- d) A prerrogativa de que dispõe a administração pública para não só ordenar e coordenar, mas também para corrigir as atividades de seus órgãos e agentes resulta do poder hierárquico, cujo exercício limita-se ao controle de legalidade.

- e) A administração, no exercício do poder disciplinar, apura infrações e aplica penalidades aos servidores e particulares sujeitos à disciplina administrativa, por meio do procedimento legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

144. Caracteriza desvio de finalidade, espécie de abuso de poder, a conduta do agente que, embora dentro de sua competência, se afasta do interesse público, que deve nortear todo o desempenho administrativo, para alcançar fim diverso daquele que a lei lhe permitiu.

() CERTO () ERRADO

145. Define-se poder discricionário como o poder que o direito concede à administração para a prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo, estando a administração, no exercício desse poder, imune à apreciação do Poder Judiciário.

() CERTO () ERRADO

146. Acerca dos poderes administrativos e do uso e abuso do poder, julgue os itens subsecutivos. Como fator que decorre do poder hierárquico, a relação de subordinação tem caráter interno e se estabelece entre órgãos de uma mesma pessoa administrativa; a vinculação, ao contrário, possui caráter externo e resulta do poder de supervisão que os órgãos detêm sobre as entidades a eles vinculadas, como, por exemplo, o que uma secretaria de estado exerce sobre uma autarquia.

() CERTO () ERRADO

147. No que diz respeito ao poder de polícia da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) As manifestações impositivas da Administração Pública são sinônimas do exercício do poder de polícia administrativa.
- b) O poder expressável através da atividade de polícia administrativa é o que resulta de sua qualidade de executora das leis administrativas.
- c) Incluem-se no campo da polícia administrativa os atos que atingem os usuários de um serviço público, a ele admitidos, quando concernentes àquele especial tratamento.
- d) O poder de tutela sobre as autarquias, os relativos aos servidores públicos ou aos concessionários de serviço público são expressões exatas do espectro de aplicação do poder de polícia.

148. Considere que, durante uma fiscalização, fiscais do DF tenham encontrado alimentos com prazo de validade expirado na geladeira de um restaurante. Diante da ocorrência, lavraram auto de infração, aplicaram multa e apreenderam esses alimentos. Com base na situação hipotética apresentada, julgue os itens subsecutivos.

A aplicação de multa ao estabelecimento comercial decorre do poder disciplinar da administração pública.

() CERTO () ERRADO

149. Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE o conceito de atos administrativos.

- a) É a manifestação de vontade do Estado, por seus representantes, no exercício regular de suas funções, ou por qualquer pessoa que detenha fração de poder reconhecido pelo Estado, tendo como finalidade imediata, criar, reconhecer, modificar ou extinguir situações jurídicas subjetivas em matéria administrativa.
- b) Ato administrativo é o que resulta da manifestação que o administrador público imprime na exteriorização da sua administração, com a expedição de regulamentos para o cumprimento da lei.
- c) Ato administrativo é aquele praticado no exercício da função administrativa, seja ele editado pelos órgãos administrativos do poder executivo, seja do legislativo ou do judiciário.
- d) Ato administrativo é manifestação exteriorizada do administrador público visando materializar a vontade estatal.

150. A Administração Pública

- a) pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ressalvada a apreciação judicial.
- b) pode anular seus próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- c) não pode declarar, em hipótese alguma, a nulidade dos seus próprios atos.
- d) não pode anular seus atos; somente é autorizada a revogação por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, ressalvada a apreciação judicial.

151. No que se refere ao ato administrativo, julgue os itens que se seguem.

Ato administrativo de manifesto conteúdo discriminatório editado por ministério poderá ser invalidado, com efeitos retroativos, tanto pela administração como pelo Poder Judiciário, ressalvados os direitos de terceiros de boa-fé.

() CERTO () ERRADO

152. Considere que, durante uma fiscalização, fiscais do DF tenham encontrado alimentos com prazo de validade expirado na geladeira de um restaurante. Diante da ocorrência, lavraram auto de infração, aplicaram multa e apreenderam esses alimentos. Com base na situação hipotética apresentada, julgue os itens subsecutivos.

Se a aplicação da multa for indevida, a administração tem o poder de anulá-la, de ofício, independentemente de provocação do interessado.

() CERTO () ERRADO

153. Assinale a alternativa que revela CORRETAMENTE o ato administrativo composto.

- a) É o que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único.
- b) É o que resulta da manifestação de um órgão colegiado.
- c) É o que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos, em que a vontade de um é instrumental em relação ao outro que edita o ato principal.
- d) É o que resulta de manifestação de vontades homogêneas, ainda que de entidades públicas distintas.

154. Sobre a norma que se extrai do art. 37, inciso II, da Constituição da República, assinale a única opção CORRETA:

- a) É uma norma discricionária.
- b) É uma norma dispositiva.
- c) É uma norma vinculante.
- d) É uma norma facultativa.

155. Assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da continuidade do serviço público determina que sua prestação deve ocorrer de maneira adequada e regular, sendo que os essenciais devem ser ininterruptos.
- b) Serviço público significa toda atividade prestada pelo Estado para a satisfação concreta dos interesses da Administração Pública.
- c) O princípio da flexibilidade dos meios aos fins estabelece que o serviço público pode ser interrompido em caso de greve.
- d) Pelo princípio da isonomia, os usuários de serviço público não podem receber tratamento diferenciado, ainda que isso seja necessário para determinar a prestação específica.

De acordo com a Lei nº 8.666/93, as descrições das modalidades acima se referem, respectivamente, à licitação por:

- a) convite e concorrência;
- b) tomada de preços e pregão;
- c) pregão e convite;
- d) concorrência e tomada de preços;
- e) tomada de preços e convite.

216. Entre as hipóteses destacadas pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a licitação é inexigível:

- a) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- b) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- c) para a aquisição por pessoa jurídica de direito público interno de bens produzidos por órgão ou entidade que integre a Administração Pública.
- d) para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- e) para a aquisição ou restauração de obras de arte ou objetos históricos.

217. No pregão, modalidade de licitação, o prazo de validade das propostas, caso não esteja fixado no edital, será de:

- a) 30 (trinta) dias.
- b) 45 (quarenta e cinco) dias.
- c) 60 (sessenta) dias.
- d) 90 (noventa) dias.
- e) 180 (cento e oitenta) dias.

218. Quando a desconstituição do contrato administrativo provier de decisão emanada de autoridade investida na função jurisdicional, a hipótese é de:

- a) rescisão amigável.
- b) rescisão judicial.
- c) rescisão administrativa.
- d) aditamento contratual.
- e) cumprimento do objeto do contrato.

219. A Lei nº 8.987/95, que trata do serviço público, dispõe que sua concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, com emprego de modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações, bem como conservação, melhoria e expansão do serviço. Esse mandamento legal está diretamente relacionado ao princípio da:

- a) modicidade do serviço público e ao princípio da moralidade da administração pública;
- b) continuidade do serviço público e ao princípio da legalidade da administração pública;
- c) atualidade do serviço público e ao princípio da eficiência da administração pública;
- d) universalidade do serviço público e ao princípio da proporcionalidade da administração pública;
- e) eficiência do serviço público e ao princípio da publicidade da administração pública.

220. (TJ-SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR – FGV – 2018) Serviço público pode ser conceituado como toda atividade executada pelo Estado visando à promoção de utilidade e comodidade para os cidadãos usuários, com prerrogativas decorrentes da supremacia estatal e sujeições justificadas pela indisponibilidade do interesse público. Nesse contexto, aplica-se ao serviço público o princípio da:

- a) continuidade do serviço público, segundo o qual as atividades administrativas devem ser prestadas de forma ininterrupta, razão pela qual o ordenamento jurídico veda o direito de greve aos servidores públicos;
- b) atualidade, segundo o qual o serviço deve ser prestado com modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e sua conservação, bem como visando à sua melhoria e expansão;
- c) universalidade, segundo o qual o serviço deve ser prestado de forma geral a todas as pessoas, em igualdade de condições, não podendo ser interrompido pelo inadimplemento do usuário;
- d) modicidade, segundo o qual o serviço deve ser prestado com tarifas acessíveis à população em geral, com preço público subsidiado pelo poder público, garantida a gratuidade aos comprovadamente hipossuficientes;
- e) impessoalidade, segundo o qual o serviço deve ser prestado em igualdade de condições para qualquer usuário, e não pode o particular prestador do serviço invocar, em qualquer hipótese, a exceção do contrato não cumprido.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

221. Com base nas proposições abaixo, assinale a alternativa correta:

I. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: a soberania; a cidadania; a prevalência dos direitos humanos; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político.

II. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

III. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; garantir o desenvolvimento nacional; construir uma sociedade livre, justa e solidária.

IV. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios a independência nacional; a dignidade da pessoa humana; a autodeterminação dos povos; a não intervenção; a igualdade entre os Estados; a defesa da paz; a solução pacífica dos conflitos; o repúdio ao terrorismo e ao racismo; a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; a concessão de asilo político.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.
- e) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

222. A Constituição Federal brasileira, no seu rol de direitos individuais, garante o direito de propriedade que deverá atender a sua função social. Além de previsão de mecanismos que a protejam, enumera algumas situações de intervenção do Estado na propriedade privada. No que diz respeito ao direito de propriedade, constitucionalmente tutelado, é possível afirmar corretamente:

- a) A Constituição Federal prevê hipótese de expropriação sem qualquer indenização ao proprietário de glebas.
- b) Aos autores pertence o privilégio temporário para utilização de sua obra, transmissível aos herdeiros, pelo tempo que lei complementar fixar.
- c) A desapropriação poderá ocorrer por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, tendo como requisitos constitucionais indenizatórios inafastáveis a justiça, a anterioridade e o pagamento em dinheiro.
- d) A lei assegurará aos autores de inventos industriais o direito exclusivo de sua utilização, publicação ou reprodução, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas, imagem, moral e voz humanas e a outros signos distintivos, tendo em vista a função social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

223. Lúcio, Amélia e Tito, respectivamente, pai, mãe e filho, são lavradores na pequena cidade de Amambaí, Estado do Mato Grosso do Sul, e sozinhos, sem a ajuda de funcionários, cultivam soja na sua pequena propriedade rural, assim definida em lei. Lúcio investiu todas as suas economias pessoais na compra de uma máquina específica para ajudar a sua família na colheita da soja, acreditando que seria farta e que a máquina lhes traria um excelente resultado econômico. Porém, ocorreu uma geada que estragou toda a plantação, deixando Lúcio sem condições de saldar seus débitos vencidos decorrentes da atividade produtiva, sendo processado judicialmente. Nesse caso, a referida pequena propriedade rural:

- a) Será penhorada, porém o Juiz limitará a penhora à parte de propriedade de Lúcio, pois Amélia e Tito não compraram a máquina.
- b) É penhorável sempre porque deve garantir o pagamento integral das dívidas decorrentes da atividade produtiva, independentemente da existência de outros bens.
- c) Será penhorada desde que não existam outros bens penhoráveis.
- d) Será penhorada, mas, segundo a Constituição Federal, o Juiz dará a prévia oportunidade a Lúcio de pagar as dívidas em trinta e seis meses sem juros.
- e) É impenhorável, face a vedação constitucional.

224. Herculano, condômino, desgostoso com os atos de arbitrariedade praticados pelo síndico em exercício do edifício onde reside, resolveu manifestar suas críticas por meio de cartas dirigidas aos demais condôminos. Com medo de sofrer represálias do síndico, Herculano não se identificou nas cartas, reservando-se ao anonimato. Nesse caso, segundo a Constituição Federal:

- a) Não é livre a manifestação do pensamento, pois é inviolável o sigilo da correspondência.
- b) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato, assegurado o direito à indenização pelo dano moral decorrente de sua violação.
- c) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- d) Não é livre a manifestação do pensamento, pois é inviolável a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano moral decorrente de sua violação.
- e) Não é livre a manifestação do pensamento, pois ninguém será privado de direitos por motivo de crença política.

225. Assinale a alternativa correta a respeito da inviolabilidade domiciliar:

- a) Não ofende o princípio constitucional da inviolabilidade do domicílio o simples ingresso de funcionário de concessionária de serviço público, sem consulta ao morador, para coletar dados de leitura de hidrômetro em quintal de residência.
- b) O Supremo Tribunal Federal consagrou entendimento de que a Comissão Parlamentar de Inquérito, agindo por autoridade própria, tem legitimidade para expedir ordem judicial para invadir domicílio, desde que durante o dia.
- c) A Constituição Federal autoriza a prisão em flagrante como exceção à inviolabilidade domiciliar, prescindindo de mandado judicial, qualquer que seja sua natureza.
- d) O sigilo profissional, constitucionalmente garantido, afasta a possibilidade de cumprimento de mandado de busca e apreensão em escritório de advocacia.
- e) A proteção do domicílio tem amplo espectro, abrangendo, inclusive, o local onde a pessoa exerce sua profissão, mas não inclui local habitado de forma temporária, como por exemplo, quarto de hotel.

226. De acordo com a redação do art. 5º da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à dignidade da pessoa humana e à propriedade.
- b) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- c) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, dependendo apenas de autorização da autoridade competente.
- d) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- e) A lei considerará crime inafiançável e imprescritível a prática da tortura, por ele respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo, se omitirem.

227. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- a) A relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.
- b) O seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário.
- c) A irredutibilidade do salário, salvo o disposto em lei, convenção ou acordo coletivo.
- d) A remuneração do trabalho noturno igual à do diurno.
- e) A proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção culposa ou dolosa.

228. John, inglês, menor impúbere, nascido na Inglaterra, foi registrado na repartição inglesa, filho de pai inglês e de mãe brasileira, será considerado:

- a) Brasileiro nato, se vier a residir no Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- b) Sempre brasileiro naturalizado, a qualquer tempo porque foi registrado na repartição inglesa.
- c) Sempre brasileiro nato, pois, independentemente de residir na Inglaterra, é filho de mãe brasileira.
- d) Brasileiro naturalizado, desde que venha a residir no Brasil e requisite, em qualquer idade, a nacionalidade brasileira.
- e) Brasileiro nato, desde que, enquanto menor, mesmo residindo na Inglaterra, sua mãe protocole no Supremo Tribunal Federal a requisição da sua nacionalidade brasileira.

229. A respeito dos princípios e dos direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir: "Um brasileiro naturalizado pode exercer o cargo de Coronel da Polícia Militar de um Estado-membro".

() CERTO () ERRADO

230. Sobre nacionalidade, é incorreto dizer:

- a) Fora dos casos previstos na Constituição Federal, a lei não poderá estabelecer diferenças entre brasileiros natos e naturalizados.
- b) São brasileiros natos os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- c) São brasileiros naturalizados os que adquiram a nacionalidade brasileira na forma da lei.
- d) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que registrados em Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais no Brasil, até atingirem a maioridade.

231. É (São) cargo(s) eletivo(s) privativo(s) de brasileiros:

- a) Natos ou naturalizados o cargo de Presidente do Senado Federal.
- b) Natos ou naturalizados o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
- c) Natos o cargo de Presidente das Casas Legislativas (Câmara dos Deputados e Senado Federal).
- d) Natos os cargos de Deputado Federal e de Senador da República.

232. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I. São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil e sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

II. São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de dez anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

III. Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.

IV. Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos: de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira; e de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

- a) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições III e IV estão corretas.

233. (TJ/DF - ANALISTA JUDICIÁRIO - CESPE/2013)

Com relação ao Estado federal brasileiro, julgue o item a seguir: "São símbolos do Estado federal brasileiro a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais, podendo os Estados-membros, o Distrito Federal (DF) e os Municípios adotar símbolos próprios".

() CERTO () ERRADO

234. Epitácio, na condição de conscrito, durante o serviço militar obrigatório:

- a) Pode se eleger ao cargo de Governador, se tiver no mínimo trinta e cinco anos de idade.
- b) Não pode alistar-se como eleitor.
- c) Se não for analfabeto, pode alistar-se como eleitor.
- d) Pode candidatar-se para Deputado Federal, se tiver no mínimo vinte e cinco anos de idade.
- e) Se for filiado à partido político, pode alistar-se como eleitor.

235. Dentre as condições de elegibilidade previstas na Constituição Federal, encontra-se o requisito da idade para concorrer aos cargos públicos eletivos. Nesse sentido, a idade mínima para a elegibilidade aos cargos de Presidente da República, Governador e Deputado Estadual é, respectivamente, de:

- a) Trinta anos; vinte e um anos e dezoito anos.
- b) Trinta anos; trinta anos e vinte e um anos.
- c) Trinta e cinco anos; trinta anos e vinte e um anos.
- d) Trinta e cinco anos; trinta e cinco anos e vinte e um anos.

236. Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos:

- a) No Registro Público competente.
- b) Na Junta Eleitoral da Circunscrição Nacional.
- c) No Tribunal Superior Eleitoral.
- d) No Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

237. Considere as seguintes pessoas, suas respectivas condições e pretensões políticas:

I. João da Silva, brasileiro nato, 20 anos de idade, quer candidatar-se ao cargo de Vereador.

II. Maria Patriota, brasileira naturalizada, 29 anos de idade, pretende candidatar-se ao cargo de Deputado Federal.

III. Pedro da Mata, 17 anos de idade, brasileiro naturalizado, residente e domiciliado no Brasil, conscrito, quer alistar-se como eleitor.

Com base nessas informações, considerando que nenhum outro impedimento existe para os casos descritos, e considerando, ainda, o disposto na Constituição Federal sobre direitos políticos, é correto afirmar que:

- a) João da Silva poderá candidatar-se ao cargo de Vereador, enquanto Maria Patriota não, por ser naturalizada, e Pedro da Mata apresenta dois impedimentos constitucionais à sua pretensão: o fato de ser naturalizado e de ser conscrito.

- b) Todos eles estão aptos a suas pretensões políticas, visto que nenhum deles apresenta qualquer impedimento constitucional.
- c) João da Silva está apto a candidatar-se ao cargo pretendido, mas Maria Patriota não possui a idade mínima exigida para o cargo, e Pedro da Mata está impedido de alistar-se como eleitor por ser conscrito.
- d) João da Silva não pode se candidatar a Vereador, em razão de não possuir a idade mínima como condição de elegibilidade, e o mesmo ocorre com Maria Patriota, que também não possui a idade mínima para candidatar-se a Deputada Federal, enquanto nada impede que Pedro da Mata possa alistar-se como eleitor.
- e) João da Silva e Maria Patriota poderão regularmente candidatar-se aos respectivos cargos políticos, mas Pedro da Mata não poderá alistar-se como eleitor por ser conscrito.

238. Sobre as disposições constitucionais acerca da organização do Estado, considere as seguintes afirmativas:

- 1. Legislar sobre trânsito e transporte é de competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- 2. Apenas a União poderá legislar sobre procedimentos em matéria processual.
- 3. Nas hipóteses de legislação concorrente, a União deverá restringir-se ao estabelecimento de normas gerais, sob pena de extrapolar a sua competência.
- 4. Legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente a afirmativa 3 é verdadeira.
- b) Somente a afirmativa 4 é verdadeira.
- c) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.

239. A respeito da organização político-administrativa do Estado federal brasileiro, assinale a opção correta:

- a) É permitido à União autorizar, por meio de lei complementar, os Estados, o DF e os Municípios a legislar sobre questões específicas das matérias que são de sua competência legislativa privativa.
- b) A eleição do prefeito e do vice-prefeito realiza-se no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato daqueles que estão em exercício nesses cargos, devendo haver segundo

turno, nos Municípios com mais de duzentos mil eleitores, no caso de nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação.

- c) Embora Brasília seja a sede político-administrativa dos poderes da República e das representações estrangeiras, a CF define que a capital da República Federativa do Brasil é, formalmente, o DF.
- d) Os Estados podem, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, com o fim de integrar o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Dessas formas de organização administrativa, apenas as regiões metropolitanas, constituídas de um conjunto de Municípios que se unem em torno de um Município-polo, dispõem de personalidade jurídica.
- e) A CF, ao contrário do que dispõe acerca da divisão territorial dos Estados-membros, veda a divisão de Territórios e do DF em Municípios.

240. O Estado intervirá em seus Municípios para:

- a) Assegurar a observância da Constituição Estadual, nos termos da ação dirigida e acolhida pelo Tribunal de Justiça, passível de revisão por meio de Recurso Extraordinário endereçado ao Supremo Tribunal Federal.
- b) Assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, mediante representação provida pelo Tribunal de Justiça com essa finalidade.
- c) Pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.
- d) Reorganizar as finanças municipais.

241. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando, entre outras hipóteses:

- a) O Superior Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.
- b) Não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal nas ações e serviços públicos e privados de saúde.
- c) Deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por pelo menos três anos consecutivos, a dívida fundada.
- d) Não forem prestadas contas devidas, na forma da lei complementar.
- e) Não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino.

- b) somente está obrigado a se associar caso a notificação seja judicial;
- c) pode ignorar a notificação, pois ninguém é obrigado a associar-se contra a sua vontade;
- d) está obrigado a atender à notificação, mas só precisa permanecer associado por um ano;
- e) está obrigado a atender à notificação enquanto o Poder Judiciário não o dispensar dessa obrigação.

277. Marque a alternativa CORRETA.

- a) Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, exceto quando violar direito da pessoa idosa ou criança em situação de risco.
- b) É livre a manifestação do pensamento e permitido o anonimato, sempre que necessário para ressaltar interesse público.
- c) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo e vedada à indenização por dano material, moral ou à imagem, se praticada por meio de programa de rádio ou TV.
- d) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

278. Quanto ao mandado de segurança coletivo, analise as afirmativas.

- I - Pode ser impetrado por qualquer partido político registrado no TSE.
- II - Pode ser impetrado por entidade sindical legalmente constituída e em funcionamento há mais de um ano, no interesse de seus filiados.
- III - Presta-se a proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições públicas.
- IV - Terá sempre a fiscalização do Ministério Público no curso do andamento do processo.

Estão corretas as afirmativas

- a) I, II, III e IV.
- b) II, III e IV, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.

279. Conforme dispõe expressamente o texto constitucional, são gratuitas as ações de

- a) mandado de segurança e mandado de segurança coletivo.
- b) mandado de segurança e habeas corpus.

- c) mandado de segurança e habeas data.
- d) habeas corpus e mandado de injunção.
- e) habeas corpus e habeas data.

280. Assinale a alternativa CORRETA acerca dos Tribunais de Contas.

- a) As garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça não se estendem aos Ministros do Tribunal de Contas da União, pois são privativas de seu cargo.
- b) Apenas o Presidente da República possui competência para a escolha dos Ministros do Tribunal de Contas da União.
- c) A Constituição Federal de 1988 exige que, para ser nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União, o candidato deve ser brasileiro e, obrigatoriamente, graduado em direito.
- d) Os Tribunais de Contas dos Estados são compostos por nove Ministros.
- e) Compete ao Tribunal de Contas da União auxiliar o Congresso Nacional no controle externo de receitas públicas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

281. Acerca das condições da ação, das partes e dos procuradores, julgue os itens que se seguem. O juiz que verificar incapacidade processual ou irregularidade da representação das partes deverá julgar extinto o processo sem resolução de mérito.

() CERTO () ERRADO

282. Acerca de jurisdição e ação no processo civil, julgue os itens subsecutivos.

A jurisdição compreende apenas dois poderes, o poder de coerção, que se manifesta, por exemplo, quando o juiz ordena intimações de partes ou testemunhas, e o poder de decisão, que se manifesta, por exemplo, quando o juiz redige a sentença.

() CERTO () ERRADO

283. (TJ/DF - Técnico Judiciário - CESPE/2013).

Acerca de jurisdição e ação no processo civil, julgue os itens subsecutivos. O interesse de agir é um interesse instrumental, de natureza processual.

() CERTO () ERRADO

284. (TJ/DF - Técnico Judiciário - CESPE/2013). Acerca de jurisdição e ação no processo civil, julgue os itens subsecutivos. Na jurisdição voluntária não há processo, mas procedimento, ao contrário do que ocorre em relação à jurisdição contenciosa.

() CERTO () ERRADO

285. (TJ/DF - Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador - CESPE/2013) No que concerne à ação e a seus requisitos, julgue os itens que se seguem. Somente mediante autorização legal é possível pleitear, em nome próprio, direito alheio.

() CERTO () ERRADO

286. No que concerne à ação e a seus requisitos, julgue os itens que se seguem. O interesse processual consiste na necessidade de o autor pleitear em juízo e na utilidade que o provimento jurisdicional poderá proporcionar ao autor do pedido.

() CERTO () ERRADO

287. No que concerne à ação e a seus requisitos, julgue os itens que se seguem. São elementos da ação: o interesse de agir, a legitimidade da parte e a possibilidade jurídica do pedido.

() CERTO () ERRADO

288. Em relação à jurisdição e à competência, é correto afirmar que:

- a) a jurisdição tem por objetivo solucionar casos litigiosos, pois os não litigiosos são resolvidos administrativamente.
- b) a arbitragem é modo qualificado e específico de exercício da jurisdição por particulares escolhidos pelas partes.
- c) em nenhuma hipótese poderá o juiz exercer a jurisdição de ofício, sendo preciso a manifestação do interesse da parte nesse sentido.
- d) a jurisdição é deferida aos juízes e membros do Ministério Público em todo território nacional.
- e) a jurisdição é una e não fracionável; o que se reparte é a competência, que com a jurisdição não se confunde, por tratar, a competência, da capacidade de exercer poder outorgada pela Constituição e pela legislação infraconstitucional.

289. As condições da ação

- a) se presentes, levam à procedência do pedido.
- b) são requisitos necessários à validade do processo.
- c) constituem matéria preliminar, a ser deduzida em contestação, sob pena de preclusão.

d) não se confundem com o mérito, segundo o legislador, mas são aferidas a partir da relação de direito material.

290. Dadas as assertivas abaixo, assinale a única CORRETA.

- a) Mesmo quando o autor tiver formulado pedido certo, é permitido ao magistrado proferir sentença ilíquida.
- b) É lícito formular pedido genérico quando não for possível determinar, de modo definitivo, as consequências do ato ou fato ilícito.
- c) Em casos de acolhimento de prescrição e decadência, deverá o magistrado proferir a sentença sem resolução do mérito, com fulcro no art. 267 do CPC.
- d) Não cumprida a obrigação de entrega de coisa no prazo estabelecido, deverá o magistrado expedir o mandado de busca e apreensão, quando se tratar de coisa imóvel ou a imissão de posse, quando se tratar de bens móveis.
- e) No procedimento comum sumário não se admite a produção de prova pericial.

291. Assinale a alternativa que apresenta atividade que NÃO constitui atribuição do escrivão.

- a) Redigir, em forma legal, os ofícios, mandados e cartas precatórias.
- b) Executar as ordens judiciais, promovendo citações e intimações.
- c) Comparecer às audiências ou, não podendo fazê-lo, designar para substituí-lo escrevente juramentado, de preferência datilógrafo ou taquígrafo.
- d) Dar, independentemente de despacho, certidão de qualquer ato ou termo do processo.
- e) Efetuar avaliações.

292. Em relação à citação, é INCORRETO afirmar que:

- a) o ato citatório efetuar-se-á em qualquer lugar em que se encontre o réu.
- b) é o ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de se defender.
- c) a citação inicial do réu é indispensável para a validade do processo.
- d) verificado que o réu é demente, o oficial de justiça chamará de imediato pessoa capaz, para acompanhar o ato citatório, certificando o fato posteriormente ao juiz, para nomeação de curador desde logo.
- e) se o réu comparecer somente para arguir nulidade e sendo esta decretada, a citação considerar-se-á feita na data em que ele ou seu advogado forem intimados da decisão.

293. Para efeitos de antecipação da tutela no processo civil, é correto afirmar que:

- a) o juízo de probabilidade requerido para configuração do *fumus boni iuris* é um juízo de probabilidade estatística.
- b) o juízo de probabilidade requerido para configuração do *fumus boni iuris* é um juízo de normalidade, não tendo necessariamente relação com os fatos alegados no processo pela parte interessada.
- c) o juízo de probabilidade requerido para configuração do *fumus boni iuris* é um juízo de probabilidade lógica, que deve ser formado a partir das provas disponíveis nos autos a respeito das alegações de fato formuladas pela parte interessada.
- d) o juízo de probabilidade requerido para configuração do *fumus boni iuris* é um juízo de simples possibilidade, ligado à eventualidade de um determinado acontecimento narrado pela parte interessada no processo.
- e) nenhuma das afirmações é totalmente correta.

294. Considerando-se que, em determinada demanda em curso, com partes maiores e capazes, haja a regular citação do réu, haverá o julgamento antecipado do mérito se

- a) a contestação apresentada pelo réu limitar-se a negar as consequências jurídicas afirmadas na inicial.
- b) o réu apresentar apenas defesa de mérito indireta, mas, por incompatibilidade lógica, aceitar tacitamente os fatos alegados pelo autor.
- c) o réu deixar de apresentar defesa, ainda que tenha sido regularmente citado para fazê-lo, e a citação contiver o mandado e todos os requisitos legais.
- d) um fato alegado pelo autor for apenas implicitamente negado pela resposta apresentada pelo réu em contestação, ainda que considerada como um todo.
- e) a controvérsia sobre o fato alegado pelo réu quando da apresentação da contestação for pertinente, mas não relevante.

295. No que se refere às partes, aos procuradores e ao MP, assinale a opção correta.

- a) Se, para a defesa do réu, for necessária a realização de perícia, o autor deverá adiantar a verba necessária para a realização do ato.
- b) O MP, na qualidade de fiscal da lei, deve velar pela adequada atuação do direito subjetivo das partes.
- c) Somente após a citação o réu será considerado juridicamente parte do processo, de acordo com as normas processuais.
- d) O juiz aplicará multa ao advogado que deixar de cumprir com exatidão os provimentos mandamentais não sujeitos a recurso.

e) Advogados que empregarem expressões injuriosas nas petições escritas apresentadas no processo estarão sujeitos a multa, aplicada sobre o valor da causa.

296. Em relação à capacidade processual, é correto afirmar, EXCETO:

- a) O réu revel citado por oficial de justiça terá curador especial.
- b) Os incapazes serão representados ou assistidos por seus pais, tutores ou curadores, na forma da lei civil.
- c) O cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários.
- d) A autorização do marido e a outorga da mulher podem suprir-se judicialmente, quando um cônjuge a recuse ao outro sem justo motivo, ou lhe seja impossível dá-la.

297. Assinale a alternativa correta:

- a) Há litisconsórcio necessário nas causas que versem sobre direitos reais imobiliários quando os cônjuges forem autores ou réus.
- b) Denomina-se legitimidade ad processum a condição da ação relacionada à pertinência subjetiva da ação.
- c) O curador especial pode realizar transações, em mutirões de conciliação ou nas audiências preliminares ou de instrução e julgamento;
- d) A capacidade de ser parte é concedida a pessoas jurídicas, pessoas físicas e pessoas formais.
- e) Apenas quando expressamente prevista na lei ou em contrato a substituição processual, também conhecida como substituição de parte, é admitida.

298. De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) As sociedades sem personalidade jurídica, quando demandadas, poderão opor a irregularidade de sua constituição.
- b) Quando o inventariante for dativo, todos os herdeiros e sucessores do falecido serão autores ou réus nas ações em que o espólio for parte.
- c) A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios, que somente não serão devidos nos casos em que o advogado funcionar em causa própria.
- d) Verificando a incapacidade processual, ou a irregularidade da representação das partes, o juiz, de plano, extinguirá o processo sem resolução do mérito.

299. Assinale a opção correta no que se refere à capacidade processual, à representação das partes em juízo e à capacidade postulatória.

- a) A capacidade postulatória decorre da legitimação para a causa.
- b) A capacidade postulatória é exercida exclusivamente pelo advogado regularmente inscrito na OAB e pelos membros do MP.
- c) Ente sem personalidade jurídica pode ter capacidade processual.
- d) São nulos e insuscetíveis de regularização os atos processuais praticados por advogado excluído dos quadros da OAB.

300. Em face da capacidade processual,

- a) se não forem concedidas, a autorização do marido e a outorga da mulher não podem ser supridas de nenhum modo.
- b) o cônjuge necessita do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos pessoais.
- c) verificadas a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes, o juiz suspenderá o processo e marcará prazo razoável para ser sanado o defeito.
- d) toda e qualquer pessoa tem capacidade para estar em juízo.
- e) a representação em juízo, ativa e passiva, da massa falida, do condomínio, do espólio e da herança jacente ou vacante se dá pela figura do síndico.

301. Sobre os pressupostos da relação jurídica processual, é correto afirmar:

- a) é indispensável a participação do cônjuge do autor ou do réu nas ações possessórias, quando o ato for praticado por um deles.
- b) não se exige a citação de ambos os cônjuges para as ações que tenham por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre imóveis de apenas um deles.
- c) o cônjuge necessita do consentimento do outro para propor ações que versem sobre imóveis, ainda que de caráter obrigacional.
- d) é necessária a citação de ambos os cônjuges para as ações que versem sobre direitos reais imobiliários.

302. Nas ações possessórias a participação do cônjuge do autor ou do réu:

- a) é sempre dispensável;
- b) é sempre indispensável;
- c) somente é indispensável nos casos de comosse ou de ato por ambos praticado;
- d) nenhuma das alternativas anteriores (a, b, c) é correta.

303. Maria encomendou, sem o conhecimento de seu marido, novos armários para a residência do casal, tendo pago à vista o valor acordado com a empresa. Embora tenha, injustificadamente, descumprido o prazo de entrega dos armários, a loja contratada se nega a pagar a multa contratual prevista para a hipótese de atraso na entrega do produto. Considerando a situação hipotética acima descrita, a capacidade processual, os deveres e a possibilidade de substituição das partes, julgue o próximo item.

Caso seja casada no regime de comunhão universal de bens, Maria necessitará do consentimento de seu cônjuge para propor ação contra a loja a fim de cobrar a multa contratualmente prevista para a hipótese de atraso na entrega dos armários.

() CERTO () ERRADO

304. Considere as afirmações abaixo com relação à capacidade processual, disciplinada no Código de Processo Civil.

I - Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do réu somente é indispensável nos casos de comosse ou de ato por ambos praticado.

II - O Juiz dará curador especial ao réu revel, quando citado pessoalmente, por edital ou por hora certa.

III - Será representada em juízo, ativa ou passivamente, a herança jacente ou vacante por seu procurador constituído mediante instrumento público.

IV - A autorização do marido e a outorga da mulher podem suprir-se judicialmente quando um cônjuge a recuse ao outro sem justo motivo.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas IV.
- c) Apenas I e IV.
- d) Apenas II e III.
- e) Apenas II, III e IV.

305. Com relação à jurisdição, à competência e à capacidade de ser parte, julgue os itens que se seguem. Os incapazes não têm capacidade de ser parte por faltar-lhes a capacidade de estar em juízo.

() CERTO () ERRADO

306. Considere as afirmativas abaixo a respeito da capacidade processual.

I. O cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários.

II. Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para as ações que tenham por objeto a extinção de ônus sobre imóveis de um ou de ambos os cônjuges.

- c) devem sempre estar instruídas com a prova da propriedade do imóvel ou do compromisso, ainda que seja por denúncia vazia.
- d) é competente para conhecer e julgar tais ações o foro do lugar da situação do imóvel, salvo se outro houver sido eleito no contrato.

349. Pedro alugou um imóvel pertencente a Maria. Os fiadores, João e Mateus, não renunciaram ao benefício de ordem nem optaram expressamente pelo benefício da divisão. Diante da ausência de pagamento de Pedro, Maria ajuizou ação de despejo cumulada com cobrança de alugueres vencidos e vincendos. Julgado procedente o pedido, na fase de execução do julgado, ante a ausência de bens de Pedro e João, foi penhorado imóvel de Mateus, o qual argumentou que o bem era destinado à sua residência com os filhos menores. Considerando essa situação hipotética à luz da legislação aplicável ao caso e da jurisprudência do STJ, assinale a opção correta

- a) É reconhecido benefício de ordem em favor de João, ainda que Pedro seja insolvente.
- b) Um dos pressupostos para o conhecimento de ações semelhantes à impetrada por Maria é a demonstração de atraso de, no mínimo, três meses no pagamento do aluguel.
- c) Mateus poderia alegar o benefício da divisão e exigir de João a parte que lhe cabe no pagamento.
- d) A penhora realizada sobre o bem de família de Mateus foi legítima.

350. Determinada lide esbarra numa súmula vinculante que favorece o réu na sua interpretação. Assim, pretende o réu que essa discussão seja imediatamente solucionada, requerendo tutela provisória nesse sentido, pelas vias processuais adequadas. Nesse caso, é correto afirmar que

- a) para que seja concedida a tutela pretendida, será necessária a presença dos requisitos da verossimilhança, da alegação e do risco de dano.
- b) o réu não tem legitimidade para requerer tutela provisória nesse caso, pois esse pedido deve ser formulado exclusivamente pelo autor dessa demanda.
- c) o réu tem interesse em pleitear a provisória de evidência, independentemente da presença dos requisitos da verossimilhança, da alegação e do risco de dano.
- d) por se tratar de assunto que deve aguardar a cognição exauriente, o pedido de tutela provisória do réu deverá ser indeferido.
- e) só será concedida a tutela caso o réu a tenha pleiteado na forma de urgência antecipada antecedente.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

351. Acerca dos princípios aplicáveis ao direito processual penal e da aplicação da lei processual no tempo e no espaço, julgue os itens seguintes.

O princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade subsiste durante todo o processo e tem o objetivo de garantir o ônus da prova à acusação até declaração final de responsabilidade por sentença penal condenatória transitada em julgado.

() CERTO () ERRADO

352. Acerca dos princípios aplicáveis ao direito processual penal e da aplicação da lei processual no tempo e no espaço, julgue o item seguinte.

É assegurado, de forma expressa, na norma fundamental, o direito de qualquer acusado à plenitude de defesa em toda e qualquer espécie de procedimento criminal.

() CERTO () ERRADO

353. A respeito dos princípios gerais e informadores do processo penal, assinale a opção correta.

- a) Não há previsão legal do contraditório na fase de investigação e a sua inexistência não configura violação à Constituição Federal (CF).
- b) Em determinados crimes é permitido ao juiz a iniciativa da ação penal condenatória, como no caso de procedimentos especiais, a exemplo do processo e julgamento dos crimes de falência.
- c) A exigência de sigilo das investigações prevista no Código de Processo Penal (CPP) impede, de forma absoluta, o acesso aos autos a quem quer que seja, sempre que houver risco ao bom andamento das investigações.
- d) O princípio da obrigatoriedade nas ações penais públicas se estende ao procedimento relativo aos juizados especiais criminais, porquanto, desde que convencido da existência do crime, deve o MP, obrigatoriamente, submeter a questão penal ao exame do Poder Judiciário.
- e) No conflito entre o jus puniendi do Estado, de um lado, e o jus libertatis do acusado, a balança deve se inclinar a favor do primeiro, porquanto prevalece, em casos tais, o interesse público.

354. A doutrina é unânime ao apontar que os princípios constitucionais, em especial os relacionados ao processo penal, além de revelar o modelo de Estado escolhido pelos cidadãos, servem como meios de proteção da dignidade humana. Referidos princípios podem se apresentar de forma explícita ou implícita, sem diferença quanto ao grau de importância. São princípios constitucionais explícitos:

- a) juiz natural, vedação das provas ilícitas e promotor natural.
- b) devido processo legal, contraditório e duplo grau de jurisdição.
- c) ampla defesa, estado de inocência e verdade real.
- d) contraditório, juiz natural e soberania dos veredictos do Júri.

355. O princípio da imparcialidade impõe sobre o Estado-juiz a exigência de uma prestação jurisdicional imparcial, podendo ser considerado um dos pilares do sistema acusatório. Para garantir o respeito ao princípio, o Código de Processo Penal prevê as situações de suspeição do juiz, relacionadas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Se tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.
- b) Se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes.
- c) Se tiver aconselhado qualquer das partes.
- d) Se for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.
- e) Se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.

356. A respeito da aplicação da lei processual no espaço, considere:

- I. embarcações brasileiras de natureza pública, onde quer que se encontrem.
- II. aeronaves brasileiras a serviço do governo brasileiro, onde quer que se encontrem.
- III. embarcações brasileiras mercantes ou de propriedade privada, que se acharem em alto mar.
- IV. aeronaves brasileiras mercantes ou de propriedade privada que se acharem no espaço aéreo brasileiro.
- V. embarcações brasileiras mercantes ou de propriedade privada, que se acharem no espaço aéreo de outro país.

Considera-se território brasileiro por extensão as indicadas APENAS em

- a) I e V.
- b) III e IV.

- c) II e III.
- d) I, II, IV e V.
- e) I, II, III e IV.

357. Acerca dos princípios aplicáveis ao direito processual penal e da aplicação da lei processual no tempo e no espaço, julgue o item seguinte.

A extraterritorialidade da lei processual penal brasileira ocorrerá apenas nos crimes perpetrados, ainda que no estrangeiro, contra a vida ou a liberdade do presidente da República e contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de estado, de território e de município.

() CERTO () ERRADO

358. Sobre a aplicação da lei processual penal e a interpretação no processo penal, é INCORRETO afirmar:

- a) A legislação brasileira segue o princípio da territorialidade para a aplicação das normas processuais penais.
- b) O princípio da territorialidade na aplicação da lei processual penal brasileira pode ser ressalvado por tratados, convenções e regras de direito internacional.
- c) A lei processual penal aplica-se desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- d) A norma processual penal mista constitui exceção à regra da irretroatividade da lei processual penal.
- e) No processo penal, assim como no direito penal, é sempre admitida a interpretação extensiva e aplicação analógica das normas.

359. Sobre o inquérito policial, considere as afirmações abaixo.

I - Se o crime for de ação penal privada, a instauração do inquérito policial suspende o prazo para o oferecimento da queixa.

II - Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

III - Nas comarcas em que houver mais de uma circunscrição policial, a autoridade com exercício em uma delas poderá, nos inquéritos que conduza, ordenar diligências em circunscrição de outra, independentemente de precatórias ou requisições.

IV - O arquivamento do inquérito pela insuficiência de material probatório disponível no que se refere à comprovação da autoria e materialidade do crime pode ser ordenado pela autoridade judiciária ou policial; nesse caso, a polícia judiciária, se de outras provas tiver conhecimento, poderá proceder a reabertura das investigações.

Estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas II e III.
- c) Apenas II e IV.
- d) Apenas III e IV.
- e) Apenas IV e V.

360. Com relação ao inquérito policial, é correto afirmar que

- a) poderá ser iniciado de ofício, por ordem da autoridade policial, ou mediante requisição da autoridade judiciária ou de membro do Ministério Público, ou, ainda, a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- b) qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação de iniciativa pública deverá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.
- c) deverá, em regra, terminar no prazo de 10 (dez) dias, se o indiciado estiver preso, ou no prazo de 30 (trinta) dias, se estiver solto, sendo admissível a prorrogação desses prazos, em ambos os casos, quando o fato for de difícil elucidação e houver autorização judicial.
- d) o ofendido e o indiciado não podem requerer diligências à autoridade policial.
- e) a autoridade policial poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, se não forem encontrados indícios de crime e de sua autoria.

361. A respeito da titularidade da ação penal pública e da ação penal privada, é incorreto afirmar que:

- a) a ação penal privada não pode ser proposta pelo Ministério Público, mesmo se houver requisição do Ministro da Justiça.
- b) a ação penal privada não pode ser proposta pelo Ministério Público, mesmo se houver representação do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo.
- c) o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação, no caso de morte do ofendido, passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- d) a ação penal pública pode ser ajuizada por qualquer do povo, no caso de inércia do Ministério Público, e nesse caso, denomina-se ação penal popular.
- e) o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação, caso o ofendido seja declarado ausente por decisão judicial, passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

362. "Direito do Estado-acusação ou da vítima de ingressar em juízo, solicitando a prestação jurisdicional, representada pela aplicação das normas de direito penal ao caso concreto". (Guilherme de Souza Nucci, Código de Processo Penal Comentado, Ed. RT, 9. Ed. p. 126)

Esse conceito é correto para

- a) o processo penal.
- b) a ação penal.
- c) a relação processual.
- d) o Direito Processual Penal.
- e) a representação.

363. A ação penal proposta pelo ofendido nos crimes de ação pública quando o Ministério Público deixar de oferecer denúncia no prazo legal denomina-se ação penal

- a) popular.
- b) pública condicionada.
- c) privada.
- d) privada subsidiária da pública.
- e) pública incondicionada.

364. A representação do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo, nos casos previstos em lei, é

- a) causa de extinção da punibilidade.
- b) pressuposto processual de toda ação penal.
- c) condição de procedibilidade da ação penal privada.
- d) pressuposto processual da ação penal privada.
- e) condição de procedibilidade da ação penal pública.

365. Sobre ação penal, assinale a alternativa que apresenta afirmação INCORRETA.

- a) Na ação penal privada, em razão da sua indivisibilidade, o querelante, desejando perdoar um dos querelados, dá a oportunidade para que todos os coautores dele se beneficiem.
- b) Se o querelante, intimado para indicar o paradeiro do querelado para citação, deixar transcorrer, injustificadamente, mais de trinta dias sem resposta, a autoridade judiciária declarará extinta a punibilidade do querelado pela perempção.
- c) Na contagem do prazo decadencial, inclui-se o dia do começo e exclui-se o dia final.
- d) Na hipótese de requerimento de arquivamento do inquérito policial pelo Ministério Público, o ofendido poderá intentar a ação penal privada subsidiária da pública.
- e) O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.

366. Sobre a ação penal, é correto afirmar:

- a) É inadmissível propor ação penal de iniciativa privada em crime de ação penal pública.
- b) O Ministério Público poderá desistir da ação penal, uma vez constatada a falta de prova da autoria e materialidade da infração penal.
- c) A ação penal pública é de iniciativa do Ministério Público, mas, em alguns casos, depende de prévia requisição do Ministro da Justiça ou de representação do ofendido, ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- d) Em caso de ação penal de iniciativa privada, o ofendido pode optar por exercer o direito de queixa contra alguns dos autores já conhecidos do crime.
- e) Nas infrações de menor potencial ofensivo, a composição civil dos danos, homologada judicialmente, gera a preempção do direito de queixa.

367. A ação penal somente pode ser proposta contra quem se imputa a prática da infração penal. Outra pessoa, ainda que tenha obrigações de caráter civil decorrentes do delito, não pode ser incluída na ação, isto em função do princípio da

- a) obrigatoriedade.
- b) indisponibilidade.
- c) intranscendência.
- d) oficialidade

368. Faz coisa julgada no cível a sentença que absolve o réu com fundamento

- a) de não existir prova de ter o réu concorrido para a infração penal.
- b) de haver o fato sido praticado em estado de necessidade defensivo.
- c) de não constituir o fato infração penal (ser atípico).
- d) de haver o fato sido praticado com amparo em causa excludente da culpabilidade (fato é típico e ilícito, mas não culpável).

369. Sobre a ação penal, assinale a alternativa correta.

- a) Ação penal é o direito público subjetivo de pleitear do Estado-juiz a aplicação do jus persecuendi.
- b) A inexistência de litispendência é exemplo de pressuposto processual que, uma vez ausente, impede o recebimento da inicial.
- c) A falta de justa causa pode ser motivo para absolvição sumária, mas não para rejeição da inicial.
- d) São três os princípios apontados pela doutrina especificamente para a ação penal privada: oportunidade, indivisibilidade e indisponibilidade.

370. As condições da ação são os requisitos necessários para o regular exercício do direito de ação. A esse respeito, assinale a afirmativa incorreta.

- a) A legitimidade das partes, possibilidade jurídica do pedido e interesse de agir são condições da ação no âmbito do Processo Penal.
- b) Apesar da controvérsia sobre a natureza jurídica da justa causa, com alguns a incluindo dentre as condições da ação, a jurisprudência tradicionalmente a conceitua como lastro probatório mínimo para o regular exercício do direito de ação.
- c) Além das condições gerais existem as condições especiais da ação que apenas incidiriam em certas espécies de ação penal, como a representação do ofendido e a requisição do Ministro da Justiça.
- d) O ofendido em nenhuma hipótese será parte legítima para dar início à persecução penal de uma ação penal originalmente pública.
- e) As condições de prosseguibilidade não se confundem com as condições de procedibilidade, pois as primeiras são relevantes para a continuidade da ação já deflagrada.

371. Sobre a extinção da punibilidade, assinale a afirmativa correta.

- a) É majoritário nos Tribunais Superiores o entendimento de que a extinção da punibilidade em face da morte do agente, quando baseada em certidão de óbito falsa, poderá ser superada com a propositura de nova ação penal.
- b) Desde a reforma do Código de Processo Penal trazida pela Lei n. 11.719 que o reconhecimento da extinção da punibilidade pelo juiz após a resposta à acusação leva à absolvição imprópria do acusado.
- c) O juiz não poderá declarar a extinção da punibilidade de ofício.
- d) O momento correto para o juiz declarar extinta a punibilidade do agente é após a resposta à acusação. Após esse momento, apenas poderá haver o reconhecimento da extinção na sentença.
- e) Extingue-se a punibilidade pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão do ofendido, aceito ou não, nos crimes de ação penal privada.

372. Julgue o item subsequente.

Admite-se a fixação da competência *ratione loci* pelo domicílio ou pela residência do réu quando não for conhecido o lugar da infração ou nos casos de exclusiva ação privada, em que o querelante poderá preferir o foro do domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.

() CERTO () ERRADO